

Para economista, crédito perpetua a dependência

Da sucursal de
BRASILIA

O endividamento mostra que o crédito internacional é uma arma para perpetuar a dependência das economias periféricas ou subdesenvolvidas das economias centricas ou desenvolvidas. Foi o que disse, ontem, o professor Lauro Campos, da Universidade de Brasília — UnB —, em depoimento à CPI que investiga a dívida externa do País, no qual considerou inaceitável a “ideologia do investimento”, segundo a qual o círculo da pobreza só pode ser rompido com investimentos dos quais participem o capital estrangeiro e o capital estatal, a pretexto de que não há disponibilidade suficiente de poupança interna privada.

O professor fez um histórico das moratórias a que o Brasil recorreu desde 1898, com Campos Salles, em 1914, com Wenceslau Braz; em 1934, com Getúlio Vargas e, em 1964, com Castello Branco, e disse que a técnica utilizada pelos credores internacionais não mudou: fazem exigências descabidas para impor um programa de estabilização ao País, com o propósito de assegurar, numa fase seguinte,

que a economia esta novamente preparada para absorver recursos externos, e o círculo recomeça.

Segundo o professor da UnB, o modelo de investimentos adotado pelo Brasil acaba produzindo uma estrutura de concentração consumista, produtora de bens de consumo que interessam ser financiados pelo capital estrangeiro e o estatal, por ser mais lucrativa e mais rapidamente promover um retorno desse investimento.

Essa ideologia de investimento, na sua opinião, teve, no Brasil, em 1964, “o patrocínio da aliança do elitismo udenista com os militares e o apoio do capital estrangeiro, que para aqui foi transplantado justamente para produzir uma estrutura de consumo também elitista, que marginalizou grande parcela do mercado interno brasileiro, submetido aos azares de uma grande concentração de renda”.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Lauro Campos criticou, também, a reforma tributária imposta pelos credores internacionais, via FMI e afirmou que ela serviu, em 1964/67, para financiar a estatização, sendo responsável pelo cha-

mado “milagre econômico” do primeiro período do ministro Delfim Netto. Hoje, porém, ela tem outro objetivo: ajudar a financiar a monumental dívida interna, que ultrapassa Cr\$ 17 trilhões.

Se, naquela época, embora de forma distorcida, a reforma tributária de alguma forma serviu para financiar o crescimento da economia e produzir emprego, hoje ela atenderá apenas ao déficit do setor público, cuja redução foi imposta pelo FMI, significando que nada acrescentará à economia do País.

O professor falou também sobre a interação entre dívida pública interna e dívida externa, mostrando que o FMI age de forma diferente, quando o cliente é um país desenvolvido. afirmou que os Estados Unidos têm uma dívida interna superior ao Produto, mas o Fundo não faz nenhuma exigência.

Entre 1964 e 1967 os Estados Unidos eram os maiores devedores do Fundo, “porém não houve pressão para o saldo dos débitos, mostrando que a instituição utiliza a política em dois pesos e duas medidas, conforme seu cliente seja um país industrializado ou em desenvolvimento.”